

PORTUGAL DIPLOMÁTICO



Cimeira da NATO em Haia

Cimeira UE-Reino Unido

Entrevista a Gabriela Borz

XIª EDIÇÃO

Maio-Junho 2025



Índice

➡	Mês do MNE.....	pág. 2
▶	Conselho de Negócios Estrangeiros.....	pág. 2
▶	Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE e da União Africana.....	pág. 2
▶	Reunião do Grupo de Madrid.....	pág. 3
▶	Encontro com MNE alemão.....	pág. 3
➡	Cimeira de Haia da NATO.....	pág. 4
▶	Entrevista a Gabriela Borz.....	pág. 7
➡	Cimeira UE-UK.....	pág. 15
➡	Reunião Ministerial União Europeia - União Africana.....	pág. 18
➡	Inquietação no Médio Oriente: Irão rumo à arma nuclear e a não-consensual resposta norteamericana.....	pág. 20
➡	Conflito Clarificado: Guerra Russo-Ucraniana.....	pág. 23

Mês do MNE

Por Bruno Oliveira

Nesta edição de dois meses, acompanhamos, em Maio, a participação do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, no Conselho de Negócios Estrangeiros e na reunião entre os MNE da União Europeia e da União Africana, em Bruxelas. Destacamos ainda a sua presença na reunião do Grupo de Madrid e o seu encontro com o novo MNE alemão, Johann Wadephul.

Conselho de Negócios Estrangeiros

Mais uma vez, Paulo Rangel esteve presente no Conselho de Negócios Estrangeiros que teve lugar em Bruxelas no dia 20 de Maio, e que reúne os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos vários Estados-membros, tendo sido acompanhado pelo então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Nuno Sampaio. Na agenda desta reunião estiveram o conflito militar na Ucrânia, a situação no Médio Oriente, com destaque para Israel, a Palestina e a Síria.

Reunião ministerial UE-UA

No âmbito da Cimeira UE-UA, foi realizada, no dia 21 de Maio, uma reunião entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros das duas organizações regionais, sendo que a cimeira comemora o 25º aniversário da parceria entre a União Europeia e a União Africana.

Entre os tópicos discutidos na reunião foram destacados a paz, segurança e governança, o multilateralismo, a prosperidade e, por fim, as migrações. Portugal esteve representado na figura de Paulo Rangel, que teve vários contactos bilaterais ao longo da mesma.



Paulo Rangel e a sua homóloga de São Tomé e Príncipe, Ilza Vaz
(foto: MNE)

Grupo de Madrid

No dia 25 de maio, a capital espanhola acolheu a reunião do Grupo de Madrid para a Implementação da Solução de Dois Estados. Esta iniciativa contou com a participação de mais de duas dezenas de representantes diplomáticos, incluindo Portugal, que se fez representar pelo MNE, para discutir a situação no Médio Oriente e o reconhecimento do Estado da Palestina.



Reunião de trabalho do Grupo de Madrid (foto: Ministério dos Negócios Estrangeiros)

A nível europeu estiveram presentes Espanha, Portugal, França, Alemanha, Itália, Noruega e Irlanda. Do Médio Oriente deslocaram-se os Primeiros-Ministros da Palestina e do Qatar. Também participaram representantes do Egito e do Brasil.

Simultaneamente, Paulo Rangel manteve vários encontros bilaterais, entre eles o seu homólogo da Jordânia ou o Primeiro-Ministro da Autoridade Palestiniana.

Encontro com MNE alemão

No final do mês de maio, mais precisamente no dia 26, Paulo Rangel reuniu, em Lisboa, com o seu homólogo alemão, Johann Waldephul, que assumiu a pasta recentemente.

Neste encontro foram discutidos temas como o aprofundamento das relações luso-alemãs, a interconexão energética na Europa e as relações entre a UE e o continente africano. No centro das atenções estiveram ainda a guerra na Ucrânia e a defesa europeia, bem como a recente decisão do governo alemão de eliminação de restrições quanto ao tipo de armamento enviado para a Ucrânia. Paulo Rangel, por seu lado, indicou que Portugal atingirá o compromisso dos gastos de 5% do PIB em defesa em duas etapas.



Cimeira de Haia da NATO

Por Bruno Oliveira

Os dias 24 e 25 de junho foram marcados pela discussão sobre a despesa em defesa e as relações transatlânticas na era Trump. A NATO realizou mais uma cimeira, desta vez em Haia, nos Países Baixos.

O Fórum de Indústria de Defesa marcou o primeiro dia da cimeira. Este evento contou com a presença dos ministros da Defesa dos vários Estados-membros da NATO e países parceiros do Indo-Pacífico e com membros da respetiva área económica para discutir as principais questões, tal como o nome indica, da indústria de defesa.

Ao final do primeiro dia, os chefes de Estado e de Governo dos países da NATO foram acolhidos pelos reis dos Países Baixos, o Rei Willem-Alexander e a Rainha Máxima, no Palácio Huis ten Bosch, para um jantar real.

O dia seguinte iniciou-se com um *briefing* conjunto entre o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte.



Jantar real no Palácio Huis ten Bosch (foto: NATO)

De seguida, decorreu o momento alto da cimeira: a reunião do Conselho do Atlântico Norte, que contou com os líderes dos vários Estados-membros da organização. O Primeiro-Ministro Luís Montenegro, acompanhado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, e da Defesa, Nuno Melo, representou Portugal.

O principal ponto discutido foi o aumento da despesa com os gastos em defesa. Antes desta cimeira, o compromisso dos Estados-membros era de que 2% do seu PIB fosse utilizado para gastos em defesa, valor que não era cumprido por todos os países (apenas 23 dos 32), entre eles Portugal. As pressões emanadas por Washington, resultado da atitude e desejo do seu atual Presidente, fizeram-se sentir no novo compromisso acordado entre os Estados-membros: 5% até 2035. Destes 5%, 3,5% vão ser destinados a gastos diretos, isto é, equipamento, material e outros elementos necessários para a modernização das Forças Armadas dos países. Os restantes 1,5% serão destinados a projetos de infraestruturas, proteção de redes crí-

ticas (por exemplo energéticas) e outras áreas indiretamente relacionadas. Este valor não foi, no entanto, unânime. Espanha opõem-se à meta dos 5%, afirmando que irá manter as suas despesas nos 2,1%. O Presidente do Conselho de Ministros, Pedro Sánchez, justificou a decisão no facto que o país supre todas as suas necessidades militares com esse valor, não havendo a necessidade de recorrer a um aumento e preferindo manter o foco nas políticas do Estado social. Em resposta, Trump já ameaçou com mais tarifas para Espanha



Primeiro-Ministro do Reino Unido, Keir Starmer (esquerda), Presidente dos EUA, Donald Trump (centro) e o Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte (direita) (foto: NATO)

Luís Montenegro anunciou, em Bruxelas, as medidas que Portugal iria adotar para atingir a nova meta. No total, a área da defesa irá assistir a um reforço de cerca de mil milhões de euros, que serão investidos em equipamento militar, infraestruturas estratégicas e para a atração e retenção de profissionais nas Forças Armadas. Este valor será financiado através de uma combinação entre finanças públicas equilibradas, verbas disponíveis do Orçamento de Estado e a antecipação da Lei de Programação Militar.



Primeiro-Ministro dos Países Baixos, Dick Schoof (esquerda), Primeiro-Ministro de Portugal, Luís Montenegro (centro) e o Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte (direita) (foto: Governo)

O conflito militar entre a Ucrânia e a Rússia também dominou a agenda da cimeira, tendo o Presidente ucraniano estado presente na mesma. Os Aliados voltaram, uma vez mais, a reforçar e destacar o apoio político, económico e militar à Ucrânia, sendo que 99% do apoio que o país recebeu desde a agressão da Rússia em 2022 é oriundo dos países da NATO. Este ano, os Aliados asseguraram mais 35 mil milhões de euros para a assistência ao Estado ucraniano.

Contundo, esta cimeira também foi alvo de algumas polémicas, destacando-se uma conversa privada entre Donald Trump e Mark Rutte que foi divulgada pelo próprio Presidente americano. Nas mensagens trocadas entre os dois, Mark Rutte agradece a ação do Presidente face ao Irão e refere a importância do próprio Trump para a Aliança Atlântica. Por um lado, apesar deste tipo de comportamento do Presidente americano não constituir nenhuma novidade, este foi alvo de mais uma nova dose de críticas. Por outro lado, a imagem do Secretário-Geral ficou manchada, sendo acusado de bajulação a Trump. Para piorar a situação de Mark Rutte, este apelidou Trump de *daddy* (em português “paizinho”, palavra que na língua inglesa pode ter um significado sexual), como sendo o salvador militar da Europa, algo que não agradou aos mais europeístas.

A próxima cimeira da NATO terá lugar na Turquia, em 2026, ainda numa era de relações transatlânticas em mudança.



Foto de família dos líderes da NATO (foto: NATO)

Entrevista a Gabriela Borz

Esta edição conta com uma convidada internacional, a professora universitária Gabriela Borz. Professora de Política na School of Government and Public Policy da Universidade de Strathclyde, Glasgow, as suas áreas de interesse são estudos da União Europeia, política comparada e Inteligência Artificial. Esta entrevista também está disponível para consulta no projeto coordenado pela própria professora Gabriela Borz, DIGIEFFECT. Entrevista realizada por Dario Vargas e Margarida Melo.



Professora Gabriela Borz

Tendo em conta os recentes acontecimentos do apagão em Portugal, Espanha e França, e as teorias sobre a possibilidade de se tratar de um ciberataque, mesmo que agora saibamos que não teve nada a ver com um. Pensa que este tipo de ataque está a evoluir para uma base mais estrutural?

Sim, eu acho que a frequência e a intensidade de ataques híbridos estão a escalar globalmente. Os atores estrangeiros geralmente atacam antes de eventos de grandes dimensões, como eleições, ou podem fazer isso numa base aleatória para testar a resiliência dos Estados contra os ataques cibernéticos. E eu encontrei alguns exemplos recentemente, antes das eleições presidenciais na Roménia. No dia 4 de maio de 2025, um grupo cibernético russo atacou as páginas de vários ministérios e algumas infraestruturas eleitorais e anunciaram publicamente que foi antes do ataque. Os serviços cibernéticos lançaram um relatório este ano a reconhecer o aumento dos ataques cibernéticos no Reino Unido, conduzidos pela Rússia, e os objetivos do relatório foram as páginas de vários partidos, mas também o sistema de transporte público. Então, eu acho que, lentamente, os ataques cibernéticos estão a mover-se em direção aos sistemas de infraestruturas.

As agências de informação americanas também declararam que um grupo cibernético chinês, chamado Salt Typhoon, infiltraram os sistemas de telecomunicação americanos por cerca de um ano, e suas opiniões, ou seus dados, mostram que pode ter acontecido o mesmo em pelo menos 10 Estados europeus, e isso é bom de ser confirmado. Mas, esses são, digamos, exemplos da Europa ou dos Estados Unidos, mas acontece, eu acho, em outras partes do mundo, mesmo numa

escala maior. Eu encontrei relatórios da Indonésia, e em 2020, a agência de informação internacional reportou mais de 190 milhões de ataques na primeira metade do ano de 2000. Então, eu acho que, sim, os ataques cibernéticos estão se movendo lentamente em direção aos sistemas de infraestrutura.

Quão preparada está a União Europeia na eventualidade de um ataque cibernético massivo, cujo alvo seja a sua infraestrutura crítica?

Eu acho que temos duas partes da resposta aqui. Então, contra um ataque cibernético maior, a União Europeia e os Estados Unidos provavelmente estão preparados em termos de regulações de segurança cibernética. Então, eles podem, primeiro, fortalecer a regulação de segurança cibernética, e depois podem implementá-la melhor. Eles podem comunicar entre si e coordenar melhor.

Mas, a nível da União Europeia, há duas regras difíceis que podem ser implementadas. E essa é a regulação de 2004 e a regulação de 2018, que claramente estipula a União Europeia como uma agência para a segurança cibernética. Essa agência lida claramente com as tecnologias de informação e comunicação em relação à segurança cibernética, ataques cibernéticos. Desde 2016 e até 2018, a União Europeia desenvolveu uma *toolbox* de diplomacia cibernética e sistemas de intervenção rápida nesses tipos de situações. Fazem-se simulações. Na verdade, nós não sabemos se essas simulações funcionariam da mesma forma no caso de um ataque cibernético massivo. Mas esse *toolbox* de diplomacia cibernética inclui medidas diplomáticas, sanções a indivíduos ou entidades, colaboração entre membros, um pouco de construção de capacidade, treinamento, enriquecimento da resiliência cibernética, treinamento dos empregos, e então uma estratégia de política para a segurança cibernética. Sim, provavelmente isso está realmente no nível regulador. Mas do lado prático, do lado da implementação, provavelmente as respostas práticas no caso de um ataque cibernético massivo poderiam definitivamente ser alcançadas se os fundos alocados, por exemplo, para essa organização de segurança cibernética europeia pudessem aumentar. Em algum ponto, há discussões no domínio público que a agência está subfinanciada. Ou, na verdade, as simulações poderiam ser mais no domínio público e preparar os Estados nacionais para uma melhor coordenação no caso de um ataque cibernético massivo. E, na verdade, para que todos conheçam o que fazer nesse tipo de casos. Nós sabemos que certos Estados europeus estão mais bem preparados e eles têm estratégias de segurança cibernética desenvolvidas desde o início dos anos 2000. E todos sabem o que fazer no caso de um ataque cibernético massivo. Então, deveria haver, provavelmente, uma melhor coordenação a um novo nível nestes casos. Nós sabemos que a Finlândia e a Suécia têm vindo a desenvolver isso desde o início dos anos 2000, por exemplo.

Agora, voltando um pouco para a campanha política digital, qual, na sua opinião, deveria ser a prioridade principal do Tribunal Europeu em relação ao DPC, liberdade de expressão ou regulações nacionais?

Isso é interessante, mas também uma pergunta difícil. Nós sabemos que qualquer cidadão pode preencher uma reclamação a um governo ou agência nacional ou a um tribunal nacional, digamos, se o direito fundamental foi alcançado online.

Mas, sim, quando o caso chega ao Tribunal Europeu de Justiça, eu penso que a prioridade do Tribunal Europeu de Justiça, quando alcança as nossas decisões em relação à campanha política digital ou à divulgação de informação online, deve ser manter a balança entre os direitos e as liberdades. Essa é a maior discussão no domínio público atualmente. O que eu quero dizer com a balança é, eventualmente, a proteção da liberdade de expressão e de informação, mas não à custa de outros direitos importantes, como o direito à liberdade e à segurança, a proteção de dados pessoais, o direito à dignidade humana, o direito ao respeito para o físico e a integridade mental, e esses direitos e liberdades estão consagrados na atuação Tribunal Europeu de Direitos Fundamentais e Liberdades. Agora, quando você decide ir ao Tribunal Europeu de Justiça, isso depende dos dois indivíduos, mas eu acho que isso deve ser a prioridade, a balança entre os direitos e as liberdades.

Falando em domínio público, como acha que a esfera pública online evoluiu e como impacta o mundo político atualmente ao invés do que costumava ser?

Eu acredito que o uso das plataformas online para a comunicação política hoje em dia tem um impacto profundo na esfera pública, por causa das câmaras eco, por causa da polarização, por causa do *micro-targeting*, das campanhas de desinformação. Eu acho que a sociedade está a perder a capacidade de fazer uma reflexão correta de si mesma, de ver suas próprias opiniões, de ter acesso a todas as opiniões e participar em debates verdadeiros e não distorcidos. As campanhas de desinformação têm um impacto na qualidade do debate democrático e nas decisões eleitorais. Até recentemente, a agência francesa para combater ataques online e campanhas de desinformação apresentou claramente dados sobre uma operação russa chamada Storm 1516, em que, através de campanhas de desinformação, os países ocidentais foram influenciados, ou foram expostos a narrativas anti-Occidente e anti-Ucrânia. A operação foi realizada com a ajuda de IA, a criação de contactos sociais falsos, que agora são parte da esfera pública. Provavelmente, você se perguntará se vai discutir com um perfil real online ou com um perfil criado por uma IA falso, sem mencionar que as campanhas de desinformação também podem ser realizadas através de *influencers* que orientam os seus seguidores para, digamos, um discurso de direitos extremos. Então, sim, há uma mudança, uma mudança clara em como a esfera pública está a operar online.

Você falou sobre a desinformação. O que acha que os governos deveriam fazer para prevenir campanhas de desinformação? Pensa que é um trabalho para estes ou acredita numa abordagem colaborativa entre as empresas *Big Tech*, o governo e até o público?

Essa é uma pergunta difícil de responder. Nós vivemos num ambiente político em que temos diferentes níveis de confiança em governantes e políticos, e o governo deveria, primeiro de tudo, tentar investir mais em programas educativos para a particularidade digital, que não só incluem habilidades literárias online, mas também conhecimento sobre como detetar conteúdo manipulativo durante campanhas eleitorais, um pouco mais, e também informação sobre como reagir a esse conteúdo manipulativo. Outra medida poderia passar ser campanhas de consciência pública sobre o nível de desinformação que está a circular. Também campanhas de consciência pública sobre os canais de reportagens disponíveis, não só aqueles que existem em plataformas online, mas também canais de reportagens através de agências ou outras instituições independentes fora da internet. E sim, para voltar à sua pergunta, eu acho que não é só o trabalho dos governantes. Deve haver uma colaboração entre os governantes, as plataformas e várias agências não governamentais. No nosso projeto EGFF, numa publicação de repórteres da Francesco, a Polícia de Cidades Antigas, nós mostramos que a compreensão de plataformas e o código de prática de desinformação é muito importante quando há um diálogo entre o governante e as empresas. Mas esse diálogo não só ajuda o governante a acompanhar o avanço tecnológico, mas ajuda a entender como os processos online funcionam para desenvolver mais regulamentos. Então, você precisa entender os governantes e os processos antes de regular. Eu acho que é uma combinação de responsabilidades e deve haver um diálogo. As plataformas online, absolutamente, têm as suas próprias responsabilidades. É um processo, deve ser um processo contínuo. As coisas estão a evoluir no ambiente online com a velocidade com a qual os governantes podem acompanhar, mas as plataformas também devem adaptar-se à sua própria velocidade em termos de procedimentos, transparência, moderação de conteúdo e investimento em recursos para lidar com todos esses aspectos. Em termos dessas plataformas, sabemos que os média sociais têm um papel muito influente na sociedade moderna, com as eleições, em particular, sendo mais usadas pelas campanhas digitais através desse meio.

Como sabemos, essas campanhas podem ser organizadas por atores estrangeiros ou serem cobertas de informação falsa ou errada. Que estratégias pode a UE aplicar para prevenir o uso errado dos *media* e o que podem também fazer os Estados-membros nesse sentido?

Na minha pesquisa, eu realmente avançaria com uma abordagem de risco regulatório, onde o estado de risco regulatório torna-se uma extensão da UE como um estado regulatório, e essa abordagem envolve a identificação de todas essas consequências negativas que aparecem no ambiente online e a estratégia envolve realmente a identificação, a prevenção e a mitigação de todos esses riscos. Mas, é claro, todas essas etapas precisam de ser realizadas em torno dos direitos democráticos e liberdades comuns, princípios democráticos.

Eu acho que deve ser feita uma melhor coordenação entre as agências da UE e as agências nacionais. Um bom exemplo é o Acordo de Serviços Digitais. O Acordo de Serviços Digitais acarreta obrigações para essas plataformas de assentamento de risco e mitigação de risco. Há dois artigos em particular, 34 e 35, onde várias plataformas online estão a ser investigadas e esses processos de mitigação de risco centram-se no assento e, é claro, no evitamento dos danos sociais, na luta contra a desinformação online, as campanhas de desinformação, e todos os tipos de processos discriminatórios que podem acontecer online contra grupos sociais. Agora, antes desse processo de regulamento de risco difícil, eu também investiria em programas focados em jovens e outras categorias vulneráveis em todos os Estados Unidos, para entender o desenvolvimento das tecnologias digitais, o impacto nas suas vidas e para desenvolver habilidades digitais para a democracia. Nós vivemos na década digital e a União Europeia declarou em 2020, 2030, a década digital. Em 2022, a União Europeia assinou a Declaração Europeia de Direitos Digitais e Princípios, essa declaração coloca as pessoas no centro e realmente tenta desenvolver estratégias focadas nos direitos das pessoas e o apoio à liberdade para a democracia e estratégias para garantir que as plataformas online, as agências e outros atores, os “jogadores” digitais, ajam responsabilmente e com segurança online, o que eu acho que é um passo em frente, porque a União Europeia também está a tentar promover esses valores em todo o mundo, tentando garantir um ambiente online justo, para garantir que os cidadãos da União Europeia estejam seguros do conteúdo líquido e difícil online, e todos sabem que eles querem garantir que nós vivamos num ambiente digital seguro no futuro. E isso tem que ser testado empiricamente, no futuro, é claro.

O que pensa dos riscos para a União Europeia quanto ao domínio atual de entidades não europeias sobre as redes sociais?

O primeiro e principal risco para a União seria um pouco de desvantagem competitiva, digamos assim, no mercado global. Mas acho que a União Europeia pode compensar de duas maneiras diferentes. Em primeiro lugar, movendo para a frente com a mesma regulamentação forte, junto com os princípios que eu mencionei na Declaração de Direitos Culturais. Então, a implementação da regulamentação forte nas máquinas de pesquisa de plataformas, atualmente, a União Europeia abriu cerca de 10 investigações sobre as aplicações de serviços digitais, contra a Facebook, a Meta, o Instagram, o TikTok, a Temu, mas também o AliExpress. As áreas de infração do PSA são as que um esperaria a divulgação de conteúdo ilícito, a falta de moderação de conteúdo, a falta de transparência. A Comissão Europeia também obrigou a Meta e a Google a pagar, no ano passado. Este ano, a Meta pagou cerca de 780 milhões de euros por quebrar as regras de anti-reconhecimento e por promover condições de comércio injustas na sua plataforma. Se quisermos ou não, estamos expostos ao mercado do Facebook, mas eles oferecem condições de comércio injustas a outros parceiros que querem vender os seus produtos.

Eu acho que deve ser feita uma melhor coordenação entre as agências da UE e as agências nacionais. Um bom exemplo é o Acordo de Serviços Digitais. O Acordo de Serviços Digitais acarreta obrigações para essas plataformas de assentamento de risco e mitigação de risco. Há dois artigos em particular, 34 e 35, onde várias plataformas online estão a ser investigadas e esses processos de mitigação de risco centram-se no assento e, é claro, no evitamento dos danos sociais, na luta contra a desinformação online, as campanhas de desinformação, e todos os tipos de processos discriminatórios que podem acontecer online contra grupos sociais. Agora, antes desse processo de regulamento de risco difícil, eu também investiria em programas focados em jovens e outras categorias vulneráveis em todos os Estados Unidos, para entender o desenvolvimento das tecnologias digitais, o impacto nas suas vidas e para desenvolver habilidades digitais para a democracia. Nós vivemos na década digital e a União Europeia declarou em 2020, 2030, a década digital. Em 2022, a União Europeia assinou a Declaração Europeia de Direitos Digitais e Princípios, essa declaração coloca as pessoas no centro e realmente tenta desenvolver estratégias focadas nos direitos das pessoas e o apoio à liberdade para a democracia e estratégias para garantir que as plataformas online, as agências e outros atores, os “jogadores” digitais, ajam responsabilmente e com segurança online, o que eu acho que é um passo em frente, porque a União Europeia também está a tentar promover esses valores em todo o mundo, tentando garantir um ambiente online justo, para garantir que os cidadãos da União Europeia estejam seguros do conteúdo líquido e difícil online, e todos sabem que eles querem garantir que nós vivamos num ambiente digital seguro no futuro. E isso tem que ser testado empiricamente, no futuro, é claro.

O que pensa dos riscos para a União Europeia quanto ao domínio atual de entidades não europeias sobre as redes sociais?

O primeiro e principal risco para a União seria um pouco de desvantagem competitiva, digamos assim, no mercado global. Mas acho que a União Europeia pode compensar de duas maneiras diferentes. Em primeiro lugar, movendo para a frente com a mesma regulamentação forte, junto com os princípios que eu mencionei na Declaração de Direitos Culturais. Então, a implementação da regulamentação forte nas máquinas de pesquisa de plataformas, atualmente, a União Europeia abriu cerca de 10 investigações sobre as aplicações de serviços digitais, contra a Facebook, a Meta, o Instagram, o TikTok, a Temu, mas também o AliExpress. As áreas de infração do PSA são as que um esperaria a divulgação de conteúdo ilícito, a falta de moderação de conteúdo, a falta de transparência. A Comissão Europeia também obrigou a Meta e a Google a pagar, no ano passado. Este ano, a Meta pagou cerca de 780 milhões de euros por quebrar as regras de anti-reconhecimento e por promover condições de comércio injustas na sua plataforma. Se quisermos ou não, estamos expostos ao mercado do Facebook, mas eles oferecem condições de comércio injustas a outros parceiros que querem vender os seus produtos.

Esta é uma forma de lutar contra esta desvantagem competitiva, mas o que isso pode fazer no futuro, e eles já começaram, é investir em inovação, em novas empresas de IA com base na União Europeia, e quem sabe, talvez no futuro também, plataformas de redes sociais baseadas na União Europeia, então isso vai ser visto nas próximas décadas. Este ano, no final de fevereiro, a União Europeia anunciou uma enorme quantidade de investimentos em inovação de inteligência artificial, 200 bilhões de euros, que eles parecem catalogar como um dos maiores investimentos. Este investimento inclui financiamento para *startups*, mas, como eu disse, pode ser, ao lado das *startups* de IA, podemos ver novas plataformas de redes sociais na União Europeia. E eu acho que, tendo em consideração o atual contexto geopolítico, junto com a expansão da defesa, isso deveria ser o primeiro avanço para as suas presidências, a presidência atual da Polónia, mas também para as presidências futuras da União Europeia.

Falando em redes sociais e sua divulgação, qual é a sua opinião sobre figuras e *influencers* que ganham influência suficiente para se tornarem políticos?

Eu, pessoalmente, não antecipo um número elevado de *influencers* a tornarem-se membros do Parlamento no futuro. Mas haverá sempre alguns casos. Eu acho que depende do contexto, do desenvolvimento institucional e democrático de cada país, mas também do tipo de cultura política. Eu acho que os dois casos que vimos recentemente foram influências a tornarem-se membros do Parlamento Europeu ou a liderar vários programas governamentais em todo o país, que ilustram vários problemas nas sociedades, várias causas de, digamos, votos populistas, e essas causas são a falha de políticas para promover líderes credíveis em vários países, o voto antissistémico das perdas da crise financeira, mas também da pandemia. E também o caso do clientelismo, em que os promotores das redes sociais podem pedir favores ao seguir seus serviços. Mas, novamente, depende do contexto, depende da cultura política, e não espero que seja um fenómeno em grande escala, mas deve ser visto definitivamente numa certa escala no futuro.

Agora focando mais em aspetos legais da União, em termos de IA, qual é a sua opinião sobre o alcance do *AI Act* da União e quão efetivo acha que será?

Eu acho que o *AI Act* é uma legislação muito dura, mas coloca a União à frente quanto à regulação de IA globalmente. No nosso projeto, vemos que ele classifica a severidade dos riscos, então classifica riscos mínimos para riscos altos e inaceitáveis. O risco mínimo pode ser o sistema de IA, que todos podemos reconhecer, mas com o risco alto vem a identificação biométrica, sistemas de reconhecimento emocional, e na categoria de risco inaceitável, temos sistemas de IA de várias fontes, agora vemos mais agentes de IA desenvolvidos em todo o mundo, sistemas de IA que podem afetar o comportamento humano e os usuários se sentem bem. Isso está claramente dito no *AI Act*, o que eu acho importante. Por outras palavras, sistemas de IA que são considerados uma ameaça para os direitos e liberdades fundamentais. Acredito que o *AI Act*, em geral, tenta garantir um alto nível de proteção para a saúde e a segurança, direitos fundamentais e liberdades, e os principais agentes da regula-

mentação são, de facto, sistemas de IA. Agora, encontramos um assessoria de risco em todas as etapas deste texto legal, temos visto o desenvolvimento de uma oficina de IA a nível da União, o que eu acho importante, com departamentos claros, não somente sobre inovação, mas também sobre política e implementação. Então, assumimos e esperamos, digamos, mais recursos para os empregados, focando na implementação, como a União já anunciou para o Acto de Serviços Digitais, e um aumento nos empregados focados na implementação de vários mecanismos de pesquisa e uma grande procura.

A Comissão Europeia atual tentou cortar a regulamentação em diversos setores, incluindo na esfera digital, para reduzir o prejuízo regulatório em negócios. Em particular, a Comissão sugeriu que se procurasse simplificar o RGPD. Que impactos você acha que esses esforços podem ter na eficácia da regulamentação?

Depende dos aspetos cobertos pela desregulação e pela simplificação da regulamentação. Se o objetivo é reduzir a burocracia, provavelmente a eficácia do RGPD não será muito afetada, mas pode ser uma vitória se a União tentar atrair novos investimentos, se estiver a tentar parar o prejuízo através dos oceanos, e para atrair inovações dos EUA, por exemplo. No geral, o RGPD é sobre garantir a proteção dos nacionais e dos nossos dados pessoais, o processamento de dados pessoais e livre movimento de dados pessoais. Enquanto os principais princípios se mantêm intactos, mas apenas em termos de implementação, o prejuízo burocrático é reduzido. Eu não diria que se está a perder muita eficácia, mas tudo depende de como a desregulação vai parecer exatamente. Eu acho que, no geral, o RGPD tem tido um bom impacto na sociedade, as pessoas sentem-se mais protegidas, mais seguras, porque é sobre sermos seguros online e essa desregulação é também para que os partidos políticos que estão a processar dados pessoais durante as campanhas eleitorais olhem para o risco de identificação de pessoas. Então, há vários riscos que podemos identificar com essa lei e a proteção dos nossos dados pessoais, a segurança online, o online deveria estar lá e deveria não ser reduzido no futuro ao longo da desregulação.

Cimeira UE-UK

Por Maria Neves

O que é?

A Cimeira entre a União Europeia (UE) e o Reino Unido (UK) decorreu no passado dia 19 de maio de 2025, em Londres, e marcou um novo passo de cooperação estratégica nas relações pós-Brexit. António Costa, Presidente do Conselho Europeu, afirmou que “esta cimeira marca um novo capítulo das relações entre o Reino Unido e a União Europeia.”

Contexto Histórico

Em 1957, o Reino Unido optou por não participar na fundação da Comunidade Económica Europeia (CEE), uma vez que não pretendia abdicar da sua soberania política e apenas ambicionava uma zona de comércio livre. Como alternativa, fundou a EFTA (European Free Trade Association).

As primeiras tentativas britânicas de adesão à CEE, ocorreram em 1961 e em 1967, tendo sido ambas vetadas pela França (que questionava o compromisso do Reino Unido para com o projeto de integração europeia).

A adesão efetiva à CEE concretizou-se em 1973, juntamente com a Irlanda e a Dinamarca.

Em 1975, teve lugar o 1º referendo nacional sobre a permanência britânica na CEE, o seu resultado foi expressivamente pró-europeísta com 67% dos votos a favor da integração europeia.

Ao longo da década de 1980, o Reino Unido apoiava o mercado único, mas manifestava reservas quanto ao aprofundamento da integração política e orçamental. Esta posição é ilustrada pelo discurso de Margaret Thatcher, em 1988, no qual afirmou de forma crítica: “We have not successfully rolled back the frontiers of the state in Britain, only to see them re-imposed at a European level with a European super-state exercising a new dominance from Brussels.”

Em 1992, foi assinado o Tratado de Maastricht, que deu origem à União Europeia e instituiu a União Económica e Monetária. Embora tenha subscrito o tratado, o Reino Unido não aderiu ao euro.

Após o grande alargamento da União Europeia de 2004, o Reino Unido assistiu a uma vaga migratória significativa. De acordo com o Migration Advisory Committee, entre 2004 e 2008, registaram-se aproximadamente 812000 entradas de cidadãos europeus para o exercício de funções no território britânico. Esta nova realidade migratória contribuiu para o crescimento de sentimentos eurocéticos, nomeadamente, em relação ao sistema de controlo de fronteiras.

Em 2013, o então primeiro-ministro David Cameron promete que realizará um novo referendo sobre a permanência na União Europeia se for reeleito.

Em 2016, o referendo foi concretizado e 51,9% dos eleitores britânicos votaram a favor da saída da União Europeia, decisão que culminou na efetivação do Brexit a 31 de janeiro de 2020.

As relações Pós-Brexit são complexas e em construção... Esta cimeira é mais um momento-chave no atenuar das tensões e no estabelecimento de uma parceria duradoura.

Acordos Estabelecidos e respetivos impactos

Do ponto de vista bilateral, os acordos alcançados nesta cimeira simbolizam um reforço das relações entre o Reino Unido e a União Europeia, incidindo em áreas prioritárias:

Em termos de defesa e segurança comum, foi formalizada a Security and Defence Partnership, que, entre outras prerrogativas, permite o acesso britânico ao fundo europeu SAFE (dotado de 150 mil milhões de euros para a segurança e inovação tecnológica).

A nível piscatório, foi acordado a extensão de acordos de acesso mútuo às zonas de pesca até 2038, medida que visa assegurar uma maior estabilidade e previsibilidade para os setores piscatórios de ambas as partes.

No âmbito energético e climático, a cimeira confirmou a extensão automática da cooperação energética pós-2026. De acordo com o documento *Common Understanding on Energy and Climate Cooperation* prevê-se a facilitação de investimentos cruzados em energias renováveis, como a eólica e hidrogénio verde, bem como a iniciação de negociações para permitir uma ligação entre os sistemas de comércio de emissões de carbono (ETS).



Encontro entre a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, e o Primeiro-Ministro do Reino Unido Keir Starmer (foto: Consilium).

A mobilidade juvenil também foi uma das prioridades abordadas. O protocolo inclui um compromisso para apoiar programas de intercâmbio, para jovens entre os 18 e os 30 anos, através de um programa bilateral semelhante ao atual Erasmus + com o objetivo de fomentar a cooperação académica, cultural e profissional.

A nível internacional, esta cimeira reforça a coesão entre a UE e UK, que se virá a sentir no seio da NATO, na resposta à guerra na Ucrânia e através de uma abordagem pragmática e que permite que o Brexit deixe de ser uma barreira geopolítica.



Reunião Ministerial União Europeia - União Africana

Por Dario Vargas

No dia 21 de maio, representantes da União Europeia (UE) encontraram-se com os seus homólogos da União Africana (UA) em Bruxelas a propósito da terceira reunião ministerial entre as duas organizações internacionais. Esta reunião ocorreu no contexto da celebração dos 25 anos de parceria entre a UE e a UA, e antecede a sétima cimeira UE-UA prevista para este ano.

Neste encontro discutiram-se várias questões relacionadas com o desenvolvimento económico, a governação, a diplomacia multilateral e as questões migratórias. Em particular, foi avaliado o progresso na realização da Visão Conjunta para 2030, uma iniciativa adotada em 2022 que procura consolidar a parceria entre as duas uniões em diversas áreas, desde a saúde e a educação até ao investimento, a transição ecológica e digital, pelo que os ministros louvaram o progresso realizado na implementação dos compromissos estabelecidos pelo documento e realçaram o seu compromisso com a Agenda 2063 da UA, um plano de desenvolvimento africano que visa a integração regional, a inclusividade e a promoção da governação democrática.

Os representantes da UE e da UA refletiram também na cooperação económica entre os dois blocos. Neste propósito, analisaram o impacto da estratégia *Global Gateway* da União Europeia, que visa mobilizar o investimento europeu para projetos sustentáveis em países em desenvolvimento, pelo que 150 mil milhões de euros foram alocados para a cooperação com os Estados africanos até 2027, sendo adotados 138 projetos entre 2023 e 2025. Adicionalmente, os ministros reconheceram a relevância da Parceria Energética UE-África para a transição energética do continente africano, particularmente no apoio à eletrificação rural, na expansão de soluções energéticas autónomas e na promoção de reformas no setor energético.

A propósito de matérias de diplomacia e governação, os ministros manifestaram o seu apoio às organizações internacionais que visam promover um sistema multilateral e apoiar uma governação inclusiva e transparente, particularmente as Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio e o G20. Realçaram também o papel de organizações humanitárias, particularmente a Agência Humanitária Africana, na promoção do direito humanitário internacional e na garantia de assistência a populações em necessidade.

Já em matéria migratória, comprometeram-se a garantir a segurança e os direitos humanos de todos os migrantes, promovendo o desenvolvimento dos países de origem como forma de reduzir a migração forçada e a imigração irregular e a coope-

ração entre estados para combater o tráfico de seres humanos. Concordaram também em melhorar a mobilidade científica e de combater a fuga de capital humano.

No comunicado conjunto adotado durante a reunião, ambos os blocos realçaram a partilha de valores, de respeito mútuo e de confiabilidade como protagonistas dos laços entre as organizações, refletindo na necessidade de colaboração face a mudanças nas dinâmicas globais para abordar questões de interesse comum. Sob os princípios da Carta das Nações Unidas, os blocos concordaram na necessidade de uma paz justa e duradoura para concluir os diversos conflitos no mundo, particularmente na Ucrânia, no Sudão, na República Democrática do Congo e no Sael, reafirmando também o seu compromisso para combater todos os tipos de violações de direitos humanos e da degradação ambiental através da promoção de desenvolvimento socio-económico e sustentável.



Representantes da União Europeia e da União Africana em Bruxelas a propósito da terceira reunião ministerial entre os blocos (Foto: União Europeia)

A União Europeia, fundada em 1952 enquanto a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), e a União Africana, fundada em 1963 como a Organização da Unidade Africana (OUA) e posteriormente transformada no seu atual formato em 2002, representam em conjunto 1,9 mil milhões de indivíduos, pelo que a UE é o maior parceiro económico da UA, enquanto que os Estados-Membros da UA compõe o quarto maior parceiro económico do bloco europeu.

Inquietação no Médio Oriente: Irão rumo à arma nuclear e a não-consensual resposta norteamericana

Por Rodrigo Fialho

O conflito Israel-Hamas alastra-se ao Irão. Entretanto, o programa nuclear do último causa apreensão no seio da comunidade internacional, desembocando num ataque dos EUA. Em meio disto, Portugal vê-se envolvido, com o embaixador do Irão em solo nacional a pedir esclarecimentos ao executivo de Luís Montenegro.

Irão e Israel: de aliados a inimigos

Estes países mantiveram laços estreitos desde a criação do Estado judaico, em 1948. O Irão foi, inclusive, o segundo país islâmico (depois do Egito) a reconhecê-lo. Contudo, a Revolução Islâmica de 1979 viria a amargurar as suas relações, instaurando uma teocracia autoritária. O regime dos ayatollahs culpou os Estados Unidos e Israel pela instabilidade regional. Por outro lado, Israel acusa o Irão de financiar grupos terroristas – como o Hezbollah, do Líbano, ou os Houthis, do Iémen – e semear antissemitismo.



Desastre humanitário em Gaza. (Foto: Mohammed Saber)

As relações agravaram-se após os ataques de 7 de outubro de 2023. Nesse dia, o Hamas, movimento extremista que usurpou o governo do território palestino, realizou um ataque contra Israel, assassinando mais de 1200 civis e tomando 251 reféns. Em resposta, Telavive lançou um ataque sobre a Palestina, provocando um “desastre humanitário total”, segundo palavras do Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres.

O Irão, bem como uma fatia significativa da comunidade internacional, condenam veementemente o ataque. Entretanto, os Estados foram medindo forças através de proxies, isto é, através do combate do Israel com grupos financiados pelo Irão (os referidos Hamas e Hezbollah, entre outros). Só a 1 de abril de 2024 entraram em conflito direto, altura em que Israel atacou o consulado do Irão em Damasco, Síria, vitimando 13 pessoas, de entre as quais dois comandantes da Guarda Revolucionária iraniana. Passados dois dias, Teerão enviou, então, dezenas de mísseis e drones em direção a Israel. Este reciprocou o ataque, a 19 de abril. Desde então, sucedem-se ataques entre os dois países.

Irão rumo à arma nuclear e a reação americana

A questão é tão mais sensível quanto a suspeita de que o Irão se esforça por produzir uma arma nuclear. Isto, confrontado com os seus objetivos militares declarados de “destruir o Estado de Israel” provocam apreensão aos aliados ocidentais. Vários especialistas defendem que Washington e Telavive, por sua vez, conspiram há décadas para fazer ruir o regime iraniano.

António Domingos, especialista em Relações Internacionais, informou em comentário à CNN que o Estado muçulmano já enriqueceu o urânio em até 60%, fasquia muito para lá do necessário para produção de energia. Cogitava-se, então, quanto tempo o país demoraria até conseguir produzir uma arma desse calibre.

Contudo, após a ação dos EUA, essa possibilidade está para breve. A superpotência levou meses a preparar a “Operação Martelo da Meia Noite”. Esta começou na madrugada de sexta-feira (20). Foram lançados bombardeiros como distração, seguido de um ataque com mísseis enviados a partir de um submarino; coroado com o lançamento, a partir do bombardeiro B-2, de duas bombas GBU-57 sobre a instalação nuclear iraniana, em Fordo. Esta últimas têm a capacidade de penetração no solo em até 60 metros de profundidade antes de explodir, qualidade essencial tendo em conta que as instalações se localizam debaixo de terra.



Bombadeiro B-2, aeronave utilizada na operação

Donald Trump, presidente dos EUA, garantiu sucessivamente ter “obliterado totalmente” o programa militar iraniano. Porém, um relatório da inteligência americana citado terça-feira (24) no The New York Times desmente-o, explicando que a operação o terá atrasado, mas por poucos meses. Fatemeh Mohajerani, porta-voz do governo iraniano, garante que os danos causados foram “limitados”. A Casa Branca acusa Ali Khamenei, líder supremo do Irão, de querer “salvar a face”.

Mais recentemente (27), foram divulgados esforços diplomáticos dos EUA para novo acordo acerca da questão nuclear do Irão. Estão em cima da mesa o levantamento de algumas sanções, desbloqueio de capitais iranianos “confiscados” e um investimento milionário por parte dos EUA num programa para produção de energia nuclear com fins civis. É de realçar que em 2018, o presidente Trump, que desempenhava, então, o seu primeiro mandato, retirou-se de um acordo militar semelhante ao que estará agora a ser delineado.

Aviões americanos reabastecem nos Açores: executivo confrontado

O governo português terá dado autorização, na quarta-feira (18), para o estacionamento ou trânsito de 12 aviões militares com funções de reabastecimento na Base das Lajes, Açores. Tendo em conta a referida “Operação Martelo da Meia Noite”, o embaixador do Irão em Portugal, Majid Tafreshi, bem como os partidos à esquerda, confrontaram o governo com o hipotético auxílio ao ataque americano.

Isto na medida em que, embora os bombardeiros B-2 tenham realizado a operação sem pousar, é sabido que tiveram de ser reabastecidos no ar. Nuno Melo, ministro da Defesa, ressaltou que o reabastecimento de aviões norteamericanos na Base das Lajes é um “procedimento normal” ao abrigo do acordo militar entre os dois países.



Embaixador do Irão pede esclarecimentos a Portugal (Foto: RTP)

Quanto aos aviões que pousaram em Portugal, o major-general Agostinho Costa explica que “Um avião reabastecedor é um avião neutro, que nem está armado, não é um tanque de guerra” e que, portanto, se está a fazer “uma tempestade num copo de água”.

Balanço

Pese embora estes desenvolvimentos, o conflito Israel-Hamas continua a arrastar uma crise humanitária catastrófica. Entre Telavive e Teerão parece ter-se chegado a um cessar-fogo, não se sabendo o quão efetivo será. Donald Trump não deixou de, na 38.ª cimeira da NATO, em Haia, Países Baixos, regozijar-se com o ter posto à, por ele intitulada, “Guerra dos Doze Dias”.

Conflito Clarificado:

Guerra Russo-Ucraniana

O Portugal Diplomático apresenta a nova rubrica “Conflito Clarificado”, da autoria do nosso redator Dario Vargas, onde apresentamos e analisamos os principais conflitos militares que assolam atualmente o nosso mundo, abordando as suas origens, evolução e, por fim, as suas implicações para Portugal.

Que conflito é este?

A Guerra Russo-Ucraniana é um conflito armado iniciado em fevereiro de 2014, tendo escalado com a invasão russa à Ucrânia, que se iniciou a 24 de fevereiro de 2022. Este conflito, cuja frente de combate encontra-se principalmente dentro de território ucraniano, é defrontado entre a Federação Russa, com assistência militar direta da Coreia do Norte e de equipamento militar do Irão, e a Ucrânia, suportada com equipamento militar, apoio diplomático e ajuda financeira principalmente da União Europeia (UE) e dos Estados-Membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), com contribuições de estados terceiros.



Mapa da Ucrânia (amarelo) e os territórios reivindicados pela Rússia (vermelho e riscas) (Fonte: Wikimedia Commons)

Como é que surgiu?

A Guerra Russo-Ucraniana surgiu no rescaldo da Euromaidan em 2014, que foi o culminar de uma onda de protestos contra a decisão do então Presidente ucraniano Viktor Yanukovych de recusar assinar um acordo de associação com a UE, optando por alinhar a Ucrânia à Rússia. Este movimento, confrontado por violência policial e pela implementação de leis com vista a limitar o direito ao protesto, cresceu em dimensão, o que levou Yanukovych a fugir do país e o parlamento a removê-lo do seu cargo, convocando novas eleições no país.

No rescaldo imediato da queda do governo de Yanukovych, uma série de forças armadas não identificadas (mas posteriormente identificadas como russas) atacaram uma série de instituições governamentais na península da Crimeia, forçando a rendição de forças militares ucranianas na região. Após esta tomada de controlo do território foi realizado um referendo onde 95% dos votos apoiaram a adesão da região à Federação Russa, formalizando a anexação da península. Contudo, esta não foi reconhecida internacionalmente, pelo que a Crimeia mantém-se legalmente território ucraniano. Durante este período, uma série de conflitos armados surgiram nas regiões russófonas no leste do país, tradicionalmente mais favoráveis a seguir laços com a Rússia que o resto do país. Em particular, uma série de grupos armados no Donbass, apoiados pela Rússia, declararam as repúblicas de Donetsk e Luhansk, iniciando assim a Guerra do Donbass.

Após vários meses de conflito, a Rússia e a Ucrânia, com mediação da Alemanha e da França, assinaram os protocolos de Minsk em 2015, procurando implementar um cessar-fogo entre as forças ucranianas e as repúblicas separatistas. Estas negociações foram capazes de subsistir os mais gravosos combates, mas as violações do cessar-fogo continuaram, não havendo, no entanto, alterações radicais à frente de combate.

Entre 2015 e 2022, a Ucrânia seguiu um alinhamento mais estreito com o Ocidente, assinando o acordo de associação com a UE e a definir a adesão à NATO como um dos objetivos da sua política externa. Contudo, estas medidas levaram a uma relação tensa com a Rússia, que sentia os seus interesses ameaçados pela expansão da NATO na Europa do Leste.

A hostilidade entre os Estados culminaria numa série de movimentos militares russos na fronteira ucraniana. Adicionalmente, a Rússia viria a exigir, em fevereiro de 2022, o direito de vetar a expansão da NATO, bem como que a aliança bloqueasse a adesão da Ucrânia e retirasse as suas forças da Europa do Leste, medidas rejeitadas pela organização. Após esta rejeição, a Rússia reconheceu a independência das repúblicas separatistas no Donbass e, acusando a Ucrânia de genocídio contra a comunidade russa no país, ordenou uma invasão do país no dia 24 de fevereiro, iniciando a fase atual do conflito. Mais tarde, em 2024, forças norte-coreanas foram avistadas a lutar com as tropas russas, enquanto que o Irão tem fornecido equipamento militar, particularmente drones, para apoiar a frente de batalha russa.

Qual a sua importância para Portugal?

Portugal, enquanto Estado-Membro da UE e da NATO, surge com uma posição de apoio à Ucrânia. O país tem apoiado o Estado ucraniano em várias vertentes, desde fornecer apoio humanitário e receber refugiados do país, até disponibilizar equipamento militar ao mesmo, com esta assistência a tomar ambas a forma de apoio bilateral como apoio multilateral dentro das organizações internacionais que o Estado português se enquadra. Em contraste, os laços entre Portugal e a Rússia têm deteriorado, com Portugal a aderir às sanções internacionais contra o Estado russo e a indivíduos ligados com a liderança russa e a Rússia a declarar Portugal um “Estado hostil”, impondo várias restrições e sanções contra o país.



Assinatura de protocolos entre Portugal e a Ucrânia, aquando da visita do Presidente Zelensky a Lisboa (foto: Governo)

Este conflito, que surgiu durante a recuperação da disrupção provocada pela pandemia COVID-19, tem tido um impacto forte na economia global, pelo que a economia nacional tem sofrido vários efeitos, desde o aumento dos preços de produtos alimentares, uma subida da inflação e consequente redução do poder de compra da população, até à redução do investimento e queda do consumo privado. Contudo, por Portugal manter laços limitados com a Rússia, o país acabou por não sofrer com os piores impactos económicos provocados pelo conflito.

www.portugaldiplomatico.com